



Simulado Final

# CGM RJ

Contador – Pós-Edital

# Simulado

## Simulado Final CGM RJ (Contador)

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGM RJ (Contador);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

### PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGM-RJ-Contador-26-03>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

**01.** Dentre os trechos abaixo, o único que apresenta um modo de organização discursiva distinto é:

- a) *Antigamente, antes de as cidades se formarem, a água entrava toda na terra. Quando o homem começou a tirar a vegetação e construir casas nas margens dos rios, as enchentes viraram um problemão.*
- b) *Era este nobre senhor alto, magro, de cinquenta e poucos anos, queixo pontiagudo, cabelo grisalho desgrehado e certo ar de loucura no olhar. De sobrenome Quixada ou Quesada, embora não rico, era muito conhecido pelos lavradores e tinha fala de boa pessoa entre os moradores da comunidade em que vivia.*
- c) *Nascida em Salvador, Irmã Dulce, que ficou conhecida como "anjo bom da Bahia", teve uma trajetória de fé e obstinação na qual enfrentou as rígidas regras de enclausuramento da igreja para prestar assistência a comunidades pobres da cidade, trabalho que realizou até a morte.*
- d) *Já que a situação não é tão legal quando o prejudicado é você, então antes de escrever por impulso, pense um pouco, veja se não vai ofender ninguém, pois alguém pode um dia se deparar com alguma coisa que você escreveu e não gostar, daí o problema começa. E lembre-se: por mais que você pense que não é monitorado, isso não é verdade, na internet tudo é rastreado sim, então não abuse e aja com ética e respeito!*
- e) *Começo a trabalhar online, o que já costumo fazer. Revisões e orientações, álcool em gel, lavar as mãos com sabão, relato do trabalho que realizara em março, álcool em gel, lavar as mãos com sabão. Telefonemas e mensagens de Whatsapp. Álcool em gel, lavar as mãos com sabão, noticiários na TV, séries e filmes na Netflix, sarau literário por google meet, como é bom rever o grupo! Mais disciplinado do que nunca por conta do encontro virtual, ninguém fala ao mesmo tempo. Que vírus danado!*

**02.** A partir de "Há pessoas que choram por saber que as rosas têm espinho. Há outras que sorriem por saber que os espinhos têm rosas!", pode-se inferir que

- a) enquanto houver felicidade, sempre haverá tristezas
- b) algumas pessoas não gostam das rosas
- c) devemos estar atentos aos perigos das coisas que são belas
- d) a perspectiva adotada regula a vida
- e) algumas pessoas não entendem de flores.

**03.** Todas as frases abaixo mostram linguagem figurada; a que mostra uma expansão da figura inicial, com o emprego de outra expressão figurada, é:

- a) A esperança é como um vento: sopra o barco em direção ao norte.
- b) A esperança é uma luz no fim do túnel.
- c) A esperança é o instrumento que move a vida, um trampolim para alcançar o inalcançável.
- d) A esperança é o bem que todos admiram, mas que poucos possuem.
- e) A esperança é uma fábrica com alta produtividade e com poucos funcionários.

**04.** A única frase abaixo expressa em linguagem denotativa ou lógica é:

- a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.
- b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.
- c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.
- d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.
- e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.

**05.** Na frase “Começou a chover e a rua encheu”, a conjunção E mostra o mesmo valor em:

- a) Afirmaram que não haveria prejuízo e todos saíram perdendo.
- b) Os prédios serão reconstruídos e as ruas serão pavimentadas.
- c) O policiamento diminuiu e os assaltos começaram a ocorrer.
- d) Todos estavam ansiosos pela inauguração da nova delegacia e pela chegada do novo delegado.
- e) O advogado disse que não se atrasaria e se atrasou.

**06.** O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior. A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- a) Fez o pedido, recebendo a encomenda no final do dia.
- b) Ana entrou no banco, sentando-se em frente aos caixas.
- c) Caiu na saída do espetáculo, machucando os dois joelhos.
- d) Lançou-se aos seus pés, pedindo outra chance.
- e) Conversavam entre amigos, bebendo o clássico vinho.

**07.** Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os diretores falaram com os funcionários que aguardavam o próximo lançamento.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

**08.** “Eles parecem dois pombinhos”. Nessa frase, o vocábulo “pombinhos”, formado com o sufixo -inho, perdeu o valor de diminutivo, passando a significar “casal feliz, apaixonado”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma diminutiva:

- a) folhinha, santinho, casebre
- b) terrinha, povinho, santinho
- c) pegadinha, livreco, patricinha
- d) santinho, coxinha, vaquinha
- e) coxinha, casinha, folhinha

**09.** “Destinada àqueles que sofreram com os recentes desastres naturais, a ajuda humanitária chegou de helicóptero à região”. Nessa frase, há dois casos de emprego correto do acento grave indicativo de crase. Assinale a opção que indica a frase em que esse acento está empregado incorretamente.

- a) Quando perceberam a movimentação, os jornalistas saíram às pressas.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) O voto partidário estava relacionado à decisões pessoais.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

**10.** A pergunta mais adequada para “João voltará da Europa em setembro” é

- a) Quem voltará da Europa em setembro?
- b) Quando João chegará?
- c) Quando João voltará da Europa?
- d) João não estará presente em setembro?
- e) João voltará de onde em setembro?



**MATEMÁTICA FINANCEIRA***Carlos Henrique*

**11.** Mirabel passou no concurso do CGM RJ (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 28.800,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 30.720,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Mirabel é:

- a) 2,50% a.m.;
- b) 2,60% a.m.;
- c) 2,70% a.m.;
- d) 2,80% a.m.;
- e) 2,90% a.m..

**12.** Mirabel, ao assumir seu cargo no CGM RJ, aplicou um capital no valor de R\$ 18.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 18% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Mirabel e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Mirabel, é igual a

- a) R\$ 4.012,30.
- b) R\$ 4.026,40.
- c) R\$ 4.176,00.
- d) R\$ 4.226,40.
- e) R\$ 5.417,10.

**13.** Um servidor atrasou em 15 dias o pagamento de uma dívida de R\$ 40.000, contraída durante a pandemia, cuja taxa de juros é de 21% ao mês no regime de capitalização simples. Considerando o mês comercial de 30 dias, qual a diferença entre os juros nos regimes de capitalização simples e composta?

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 200,00
- c) R\$ 300,00
- d) R\$ 400,00
- e) R\$ 500,00

**14.** Uma dívida de R\$ 10.000 foi liquidada pelo valor de R\$ 22.500, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída. Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de:

- a) 40%
- b) 45%
- c) 50%
- d) 60%
- e) 64%

**15.** Mirabel desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Mirabel, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Mirabel. Podemos deduzir que o valor que Mirabel recebeu foi de:

- a) R\$ 32.320,00
- b) R\$ 32.640,00
- c) R\$ 32.820,00
- d) R\$ 33.600,00
- e) R\$ 33.940,00

**16.** Mirabel, ao assumir um cargo no CGM RJ, faz um investimento no valor de R\$ 200.000,00 no início de 2023. No final deste ano, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de R\$ 238.560,00. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

- a) 18,50% e 7,28%.
- b) 18,50% e 6,50%
- c) 19,28% e 7,28%.
- d) 19,28% e 6,78%.
- e) 19,28% e 6,50%.

**17.** Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

- a) R\$ 27.000,00
- b) R\$ 29.160,00
- c) R\$ 30.326,40
- d) R\$ 31.492,80
- e) R\$ 32.659,20

**18.** A empresa NOSFERATU CONCURSOS contrai um empréstimo no valor de R\$ 160.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 34.936,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a)  $81\% \leq S < 82\%$
- b)  $80\% \leq S < 81\%$
- c)  $79\% \leq S < 80\%$
- d)  $78\% \leq S < 79\%$
- e)  $77\% \leq S < 78\%$

19. Mônica, uma jovem empreendedora, deseja comprar um equipamento cujo valor é de R\$ 200.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco financia esse equipamento em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a trigésima sexta prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 3.600,00
- b) R\$ 4.000,00
- c) R\$ 4.800,00
- d) R\$ 4.400,00
- e) R\$ 4.600,00

20. Mirabel tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Mirabel pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado:  $1,07^5 = 1,4$      $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Antônio Daud*

21. Em relação à vedação ao nepotismo, é INCORRETO afirmar que:

- a) alcança todos os Poderes e todas as esferas de governo, seja municipal, federal, estadual ou distrital.
- b) estende-se pela administração direta e por toda a administração indireta, inclusive empresas estatais não dependentes que sejam exploradoras de atividade econômica.
- c) veda-se a nomeação de parentes de até o 3º grau da autoridade nomeante.
- d) não exige a edição de lei formal para coibir a prática, na medida em que a vedação decorre diretamente dos princípios constitucionais.
- e) alcança a nomeação de cargos de natureza política, a exemplo dos Secretários Municipais.

22. Segundo prevê a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é INCORRETO afirmar que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- b) informação íntegra, autêntica, primária e atualizada.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- d) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- e) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, desde que recolhidos a arquivos públicos.

**23.** Considerando o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) as informações de interesse público devem ser divulgadas, exigindo-se a correspondente solicitação do interessado.
- b) por questões de racionalidade administrativa, os pedidos de acesso à informação devem necessariamente ser motivados, com a indicação da justificativa do pedido.
- c) é de 25 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como secretas.
- d) primariedade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- e) No caso de indeferimento de acesso a informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias a contar da sua ciência.

**24.** Em relação à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, competem à Controladoria-Geral da União a apuração, o processo e o julgamento dos atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- b) A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- c) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.
- d) Havendo a cisão da pessoa jurídica, não subsistirá a responsabilidade pelos atos ilícitos de que cuida a referida Lei.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**25.** No tocante à aplicação da sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública a que se refere a Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de ser contratado no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todo e qualquer ente político.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 4 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso de no mínimo 2 anos.
- d) impedirá a pessoa sancionada de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) poderá ser cumulada com a declaração de inidoneidade.



**26.** João, titular de Secretaria do município Alfa, no exercício regular das atribuições de seu cargo, editou portaria ordenando aos agentes públicos José e Maria, que lhe são diretamente subordinados, que fiscalizassem a execução de determinadas obras naquele município.

Referido ato administrativo de designação representa manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) disciplinar.
- d) regulamentar.
- e) normativo.

**27.** Considerando que Antônio, funcionário público do município Beta, foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para facilitar a aquisição bem imóvel, por aquele município, por preço superior ao valor de mercado.

Neste caso, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.

e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

**28.** Caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação prevista expressamente na Lei 14.133/2021:

- a) compra de bem móvel cujas condições de instalação condicionem a escolha.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de divulgação.
- c) contratação de objetos por meio de credenciamento.
- d) na hipótese de intervenção federal.
- e) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para normalizar o abastecimento de combustíveis.

**29.** Assinale, entre as alternativas abaixo, uma característica do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

- a) regime que alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- b) regime que alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- c) regime no qual é vedada a adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) inviabilidade jurídica de o regime alcançar agentes públicos que exercem função de confiança.
- e) sujeição a registro, pela controladoria geral, dos atos de concessão de aposentadoria.

**30.** Entre outras características, serviço público adequado é aquele que:

- (I) é ofertado à maior cobertura possível;
- (II) é prestado com tarifas acessíveis, impedindo-se lucros exorbitantes ao prestador.

Os princípios que se relacionam diretamente com as características (I) e (II) são, respectivamente:

- a) universalidade e gratuidade.
- b) continuidade e confiança legítima.
- c) generalidade e modicidade tarifária.
- d) universalidade e regularidade.
- e) cortesia na sua prestação e modicidade de riscos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Fábio Ramos*

**31.** Pedro, Ernesto e Maria travaram ampla discussão a respeito da Lei orgânica do Rio de Janeiro. Pedro afirmou que São símbolos do Município o selo, o brasão, a bandeira e o hino. Ernesto afirmou que São símbolos do Município a bandeira e o hino. Maria afirmou que São símbolos do Município o brasão, a bandeira e o hino. correto afirmar que:

- a) Que todos estão certos;
- b) Apenas Maria esta correta;
- c) Apenas Ernesto esta correto;
- d) Apenas Pedro esta correto;
- e) Apenas Maria e Pedro estão corretos.

**32.** A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estabelece que, nos casos de vacância dos cargos de Prefeito e Vice Prefeito, devem assumir, sucessivamente:

- a) o Presidente do Tribunal de Contas do Município, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Vereador mais votado
- b) o Presidente da Câmara de Vereadores, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Vereador mais votado
- c) o Presidente da Câmara de Vereadores, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente do Tribunal de Contas do Município
- d) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Corregedor Geral do Tribunal de Justiça
- e) o Presidente da Câmara de Vereadores, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Presidente do Tribunal de Contas do Município

**33.** Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

**34.** Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) Ação popular que será julgada pelo STJ.

**35.** Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- e) seria possível em qualquer situação, bastando o pedido.

**36.** A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

**37.** Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) é brasileiro nato e em nenhuma hipótese poderá perder a nacionalidade.

**38.** Rose é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.
- e) Nenhuma das alternativas.

**39.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico são de competência legislativa

- a) privativa da União.
- b) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- d) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Nenhuma das alternativas.

**40.** Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***Gilmar Possati*

**41.** Em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores, o objetivo principal das entidades do setor público é a prestação de serviços à sociedade. No processo de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), os usuários utilizam os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para subsidiar as suas decisões sobre o desempenho de tais entidades.

Acerca da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, para que possam gerar subsídios necessários no processo de tomada de decisão, os usuários precisam de informações necessárias para realizarem a avaliação de algumas questões.

A seguir, estão todas as informações necessárias que os usuários necessitam para avaliarem essas questões, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros e se há condições de utilização desses recursos.
- b) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- c) se a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.
- d) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- e) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado.

**42.** Utilizando-se o padrão de escrituração previsto pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), na fixação da despesa orçamentária haverá:

- a) um registro de natureza orçamentária, sem prejuízo dos registros no âmbito da natureza patrimonial e de controle.
- b) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas das classes 5 e 6.
- c) um registro de natureza orçamentária e outro de natureza de controle, sem registro na natureza patrimonial.
- d) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas da classe 6.
- e) um registro em contas de natureza de controle.

**43.** Acerca da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, cada entidade deve considerar a natureza das suas operações e as políticas que os usuários de suas demonstrações contábeis esperam que sejam divulgadas para esse tipo de entidade.

A política contábil pode ser significativa devido à natureza das operações da entidade, mesmo que os valores associados a períodos anteriores e ao corrente não sejam materiais.

Ao divulgar no resumo de políticas contábeis significativas, uma entidade deve apresentar, entre outros aspectos, as seguintes informações:

- I. a base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis.
- II. outras políticas contábeis utilizadas para a compreensão das demonstrações contábeis que sejam relevantes.
- III. o grau em que a entidade tem aplicado qualquer disposição transitória de qualquer outra norma.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.



**44.** As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente a outro.

Essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, podendo ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal, não guardando relação com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.

A respeito dessa temática, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) dispõe que

- a) o ente recebedor deve reconhecer um direito a receber, no momento da arrecadação pelo ente transferidor, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, não impactando o superávit financeiro.
- b) no momento do ingresso efetivo do recurso, o ente recebedor deverá registrar a receita a realizar em contrapartida da receita orçamentária realizada nas contas de controle.
- c) as transferências voluntárias, visto que não há uma determinação legal para a transferência, podem ser contabilizadas como despesas ou como dedução de receita, sendo necessário haver existência de dotação específica que permita a transferência.
- d) a regra para transferências voluntárias é o beneficiário registrar o ativo relativo a essa transferência, visto que há garantias reais da transferência.
- e) as transferências intergovernamentais constitucionais devem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa, a depender da forma como o orçamento foi elaborado.

**45.** Ativo pode ser definido como um recurso controlado pela entidade no presente, que tenha surgido de um evento passado, por meio de transação com ou sem contraprestação.

O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. Por sua vez, o desreconhecimento traduz no processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis, bem como remover esse item se tais mudanças ocorrerem.

Acerca desse assunto, o município do Rio de Janeiro, por meio do setor de contabilidade municipal, verificou que 15% dos créditos tributários a receber possuem remota probabilidade de expectativa de geração de benefícios econômicos para o município. Diante desse cenário, a contabilidade municipal:

- a) deve manter esses créditos registrados por mais um ano em contas patrimoniais e não havendo êxito de recebimento após esse período, registrá-los como uma variação patrimonial diminutiva (VPD) no resultado em contrapartida ao registro de uma conta retificadora do ativo.
- b) deve realizar o desreconhecimento das demonstrações contábeis por não atenderem a definição de ativo. Entretanto, continuam sendo objeto de controle contábil em contas apropriadas, assegurando-se a devida transparência.
- c) deve transferi-los para o ativo não circulante - realizável a longo prazo, pois como a chance de recebimento é baixíssima, não se sabe em que momento esses créditos serão recebidos.
- d) deverá baixá-los por não atenderem a definição de ativo e não deverá realizar o controle contábil de tais créditos tributários, uma vez que o ente recebedor não possui perspectivas para seu recebimento. Todavia, deverá informar aos usuários esse desreconhecimento, em estrita observância ao princípio da transparência.

e) deverá constituir uma despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa no resultado e, em contrapartida, reconhecer uma perda estimada com crédito de liquidação duvidosa como conta retificadora do direito a receber.

**46.** Em consonância com a Lei nº 4.320/64 e com as disposições elencadas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, consistindo na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. Tal ato será formalizado mediante a emissão de um documento denominado “Nota de Empenho”, do qual deve constar, entre outros aspectos, o nome do credor. Em relação ao empenho estimativo, esse tipo de formalização será utilizado para as despesas

- a) cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez e previamente determinado.
- b) contratuais, sujeitas a parcelamento, ou outras de valor determinado.
- c) cujo montante pode ser determinado, devendo o pagamento ocorrer de única vez.
- d) de valor fixo como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.
- e) cujo montante não se pode determinar previamente.

**47.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade, representando uma das maiores conquistas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Nessa perspectiva, o plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

Baseados nesse contexto e considerando as disposições gerais do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), assinale a opção **correta** em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

- a) a sua utilização é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais e fundações. Para as demais entidades e empresas estatais dependentes, a sua adoção é facultativa.
- b) as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 9 níveis de desdobramento compostos por 7 dígitos.
- c) um dos objetivos do PCASP é permitir o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a adequada prestação de contas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais, bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão.
- d) para os entes que precisem de uma referência para o desenvolvimento de suas rotinas e sistemas, é disponibilizado, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o PCASP Estendido, de adoção obrigatória para esses entes.
- e) a metodologia utilizada para a estruturação do PCASP foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos registrados. Essa metodologia permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua forma e classe contábil.

**48.** O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é a prestação serviços à sociedade, em vez da obtenção de lucros e a geração de retorno financeiro aos investidores. Dentre esses serviços, incluem programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional.

Uma das características que diferem as entidades do setor público das demais entidades é o seu papel regulador, que possui como principal razão dessa regulação

- a) a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade.
- b) a assegurar o interesse público com objetivos definidos nas políticas públicas.
- c) a comparação da previsão do orçamento com a sua execução.
- d) o cumprimento dos compromissos dependentes dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.
- e) a evidência da situação patrimonial e o desempenho das entidades, fornecendo todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo.

**49.** A moeda funcional da entidade deve refletir as transações, os eventos e as condições relevantes relacionadas ao seu ambiente operacional. Uma vez determinada a moeda funcional, ela somente pode ser trocada se houver mudança nas transações, nos eventos e nas condições relevantes relacionadas ao seu ambiente operacional. Sabendo disso, o Município Audazes dos Pampas constituiu, em 05/03/X4, a ExportaAudaz, uma autarquia municipal com o intuito de exportar insumos para a produção de materiais.

Foi definido em seu estatuto que a moeda funcional adotada seria o Dólar Americano, uma vez que o país da América do Norte (Estados Unidos da América) era o principal adquirente desses insumos. Contudo, em 20/08/X7, a autarquia alterou sua moeda funcional para o Real, devido a todas as circunstâncias relacionadas ao seu ambiente operacional. Nessa data, os contadores da autarquia devem contabilizar essa alteração com efeito

- a) prospectivo, devendo efetuar a conversão de todos os itens para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio na data da mudança.
- b) retrospectivo, devendo efetuar a conversão de todos os itens para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio no início do período contábil.
- c) prospectivo, devendo efetuar a conversão dos insumos vendidos para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio na data da mudança.
- d) prospectivo, devendo efetuar a conversão dos insumos vendidos para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio a partir do início do período contábil.
- e) retrospectivo, devendo efetuar a conversão de todos os itens para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio na data da mudança.

**50.** Uma autarquia estadual possui, na Avenida Vieira Souto, no Rio de Janeiro, um prédio de escritórios com o intuito exclusivo para aluguel com fins comerciais. Além disso, a própria autarquia, por meio de uma equipe especializada, presta serviços de segurança e manutenção aos inquilinos que ocupam os espaços destinados à área comercial. Com base nesse contexto, a autarquia deverá registrar esse prédio como

- a) a parte da prestação de serviços como imobilizado e a parte de geração de renda (aluguel) como propriedade para investimento.
- b) imobilizado.
- c) ativo realizável a longo prazo.
- d) propriedade para investimento.
- e) ativo intangível.

**51.** O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Em relação ao Balanço Financeiro, assinale a opção **correta**.

- a) no caso de retenções pagas no momento da liquidação, o ente não promoverá nenhum ajuste no saldo em espécie.
- b) em relação a retenções pagas no momento da baixa da obrigação, o ente promoverá um ajuste no saldo em espécie com a finalidade de evidenciar o saldo vinculado a ser deduzido.
- c) as receitas orçamentárias serão apresentadas brutas, sem qualquer dedução, sendo evidenciadas em quadros anexos ao balanço financeiro e em notas explicativas.
- d) a classificação por fonte/destinação de recursos poderá possuir linhas agrupadas para evidenciar as fontes/destinação de recursos existentes, desde que não ultrapassem 10% do total da receita/despesa.
- e) algumas operações podem interferir na elaboração do balanço financeiro e sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento deverá ser evidenciado em notas explicativas.

**52.** Uma autarquia estadual possuía um financiamento com a instituição financeira Audazes S.A em alto valor expressivo. Referida autarquia esperava – baseada na possibilidade de refinanciar ou rolar a dívida durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis, segundo as condições de flexibilidade do empréstimo existente – refinanciar esse montante, porém não houve acordo de refinanciamento formalizado. Em relação a essa obrigação, a autarquia estadual deverá registrá-la, no âmbito do Balanço Patrimonial, como

- a) atos potenciais passivos.
- b) passivo não circulante.
- c) passivo circulante.
- d) atos potenciais ativos.
- e) resultados acumulados.

**53.** Uma entidade do setor público deverá registrar uma provisão para reestruturação quando for provável uma saída de recursos decorrentes deste processo. A obrigação não formalizada para reestruturação surge apenas quando a entidade tiver um plano formal para reestruturação e tiver criado uma expectativa válida naqueles por ela afetados, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características.

Um plano formal para reestruturação deverá identificar pelo menos:

- I. O local, a função e o número aproximado de empregados.
- II. O negócio ou parte do negócio em questão.
- III. Os desembolsos que serão realizados.
- IV. Quando o plano será executado.

A respeito sobre o tema, assinale a opção **correta** de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

- a) somente o item IV está incorreto.
- b) todos os itens estão corretos.
- c) somente os itens I, II e IV estão corretos.
- d) somente os itens II e III estão corretos.
- e) somente os itens I e IV estão incorretos.



**54.** As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Essas demonstrações devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, assim, uma informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar

- a) se os recursos foram obtidos de acordo com o orçamento aprovado.
- b) informação sobre os fluxos de caixa da entidade de forma mais precisa.
- c) informação sobre a condição financeira da entidade e suas alterações.
- d) uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.
- e) uma avaliação do desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimento dos seus objetivos.

**55.** A elaboração do Balanço Orçamentário dispõe que essa demonstração demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada, decorrente de superávit financeiro de exercícios anteriores e pela reabertura de créditos adicionais.

Em relação ao superávit financeiro e a reabertura de créditos adicionais, essas duas fontes serão detalhadas no campo

- a) saldo de exercícios anteriores.
- b) dotação atualizada.
- c) receitas correntes.
- d) receitas de capital.
- e) previsão atualizada.

## CONTABILIDADE GERAL

*Marcondes Fortaleza*

**56.** De acordo com o CPC 00 (R2), para que exista um passivo, os seguintes critérios devem ser satisfeitos:

- I. A entidade tem uma obrigação
- II. A obrigação é de transferir um recurso econômico
- III. A obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados
- IV. Outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor do passivo.

Marque a alternativa que contém todos os itens corretos:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) I e IV
- d) III e IV
- e) I, III e IV

**57.** Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

**58.** A sociedade CAFECOMCONTABILIDADE apresentava os seguintes saldos em 31/12/2022:

- Caixa e equivalente de caixa: R\$ 30.000.
- Empréstimo a diretor com recebimento em 60 dias: R\$ 15.000.
- Receita de vendas recebida antecipadamente com prazo de realização de 370 dias: 33.000.
- Estoques previstos para serem vendidos em 120 dias: 24.000,00.
- Clientes, com recebimento em 180 dias: 36.000,00.
- Crédito Fiscal: 1.000,00
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 28.800.
- Terreno destinado à valorização: R\$ 60.000.
- Perdas estimadas com teste de recuperabilidade do terreno: R\$ 6.000.
- Perdas estimadas com desvalorização de estoques: R\$ 2.400.
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 1.800.

Com base nos saldos acima, assinale a opção que indica o ativo não circulante da sociedade em 31/12/2022.

- a) R\$ 69.800,00
- b) R\$ 70.800,00
- c) R\$ 83.400,00
- d) R\$ 84.400,00
- e) R\$ 90.000,00

**59.** Sobre o Patrimônio Líquido, analise as assertivas a seguir:

- No caso das sociedades que não sejam por ações, podem existir lucros ainda não destinados a reservas ou à distribuição aos sócios. Nesse caso, podem ficar sob a rubrica de Lucros Acumulados.
- A subscrição do Capital Social é o ato através do qual o interessado formaliza sua vontade de adquirir um valor mobiliário.
- A operação em que a companhia paga aos acionistas o valor de suas ações por razões de dissidência nos casos previstos na legislação societária é denominada resgate de ações.
- Quando o lucro a realizar é decorrente da receita de equivalência patrimonial, sua realização se dará apenas quando houver a baixa ou alienação de tais investimentos.

Marque a alternativa que contém todas as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) I, II e IV

**60.** A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor.

Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de

- a) R\$ 1.120,00
- b) R\$ 1.050,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 930,00
- e) R\$ 880,00

**61.** Sobre a Lei 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- a) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- c) Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- d) O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro.
- e) O valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação pode ser o valor justo de instrumentos financeiros.

**62.** A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

**63.** A partir do que dispõe a NBC TG 46 (R2), que trata da mensuração a valor justo, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

- (    ) O valor justo é uma mensuração específica da entidade e não uma mensuração baseada em mercado.
- (    ) O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data do balanço.
- (    ) A entidade precisa ser capaz de vender o ativo específico ou transferir o passivo específico em um mercado na data de mensuração para que possa mensurar o valor justo com base no preço desse mercado.
- (    ) Os custos de transação incluem custos de transporte.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.  
b) V, V, V, F.  
c) V, F, V, V.  
d) V, V, V, V.  
e) F, F, F, F.

**64.** Em setembro de 2020 a empresa C investiu R\$ 35.000,00 em ações de outras companhias, contabilizando a transação em seu ativo não circulante investimento. Desse investimento, R\$ 20.000,00 deverão ser avaliados por “Equivalência Patrimonial” e R\$ 15.000,00, pelo Método do Custo.

Durante o exercício em questão, as empresas investidas obtiveram lucros que elevaram seus patrimônios líquidos em 4%, tendo elas distribuído dividendos de tal ordem que coube à Calcedônia o montante de R\$ 600,00, sendo metade para os investimentos avaliados por Equivalência Patrimonial e metade para os investimentos avaliados pelo Método do Custo.

Com base nessas informações, podemos afirmar que, no balanço patrimonial da empresa C relativo ao exercício de 2020, deverá constar contabilizado um investimento no valor de

- a) R\$ 35.000,00.  
b) R\$ 35.500,00.  
c) R\$ 35.800,00.  
d) R\$ 36.100,00.  
e) R\$ 36.400,00.

**65.** Uma máquina tem vida útil de oito anos, desde que seja trocado seu motor ao final do quarto ano, motor esse de valor relevante. Considere a seguinte distribuição do custo da máquina toda a ser feita na aquisição:

- Máquina, exceto motor: R\$ 24.000.000,00
- Motor: 8.000.000,00
- Imobilizado total: 32.000.000,00

O valor contábil do imobilizado ao final do quarto ano será:

- a) R\$ 12.000.000,00
- b) R\$ 8.000.000,00
- c) R\$ 24.000.000,00
- d) R\$ 21.000.000,00
- e) R\$ 9.000.000,00

**66.** Sobre o tema 'Ativo Intangível', marque a alternativa incorreta:

- a) Um exemplo de intangível não identificável é o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).
- b) Não se deve reconhecer contabilmente marca ou patente para a qual a companhia detentora do direito de exclusividade na sua exploração não tenha incorrido em custo.
- c) Projeções econômicas acerca da performance do intangível, dentro de bases imparciais, embora auxiliem a administração na tomada de decisões, não são aconselhadas para definir as cotas de amortização.
- d) Intangíveis que forem individualmente transacionados devem ser contabilizados pelo custo incorrido na operação.
- e) Os intangíveis que estiverem inseridos no preço de aquisição pago por um negócio, e puderem ser tecnicamente identificados de modo confiável, devem ser contabilizados em separado do goodwill pelo seu valor justo.

**67.** Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, marque a alternativa correta.

- a) As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e, em certa medida, da sua possível posição no futuro. Por isso, algumas provisões são reconhecidas para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro.
- b) Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Por isso, é necessário saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação.
- c) As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas não devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.
- d) Provisões para perdas operacionais futuras não devem ser reconhecidas.
- e) A taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos que reflita as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. A taxa de desconto deve refletir os riscos relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.



68. Sobre o CPC 23, que trata de *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, marque a assertiva correta:

- a) Avaliar se a omissão ou o erro pode influenciar a decisão econômica do usuário das demonstrações contábeis não requer análise das características dos usuários das demonstrações contábeis.
- b) Constitui mudança nas políticas contábeis a adoção de nova política contábil para transações, outros eventos ou condições que não ocorriam anteriormente ou eram imateriais.
- c) A retificação de erro de período anterior deve ser excluída dos resultados do período em que o erro é descoberto. Qualquer informação apresentada sobre períodos anteriores, incluindo qualquer resumo histórico de dados financeiros, deve ser retificada para períodos tão antigos quanto for praticável.
- d) Quando a aplicação retrospectiva for exigida, uma mudança na política contábil deve ser aplicada retrospectivamente, mesmo que seja impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo da mudança.
- e) O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis embora reduza um pouco sua confiabilidade.

69. A Cia X tem 100% de participação na Cia Y. Em 31/12/X0, elas apresentam os seguintes balanços patrimoniais:

	Cia X	Cia Y
Caixa	150.000	100.000
Terrenos	80.000	
Investimentos (Cia Y)	100.000	
Total	330.000	100.000
Capital Social	330.000	100.000
Total	330.000	100.000

Na data, a Cia X possuía dois terrenos, o primeiro contabilizado por R\$ 30.000, e o segundo, por R\$ 50.000.

Em janeiro de X1, a Cia X vendeu os dois terrenos para a Cia Y, o primeiro por R\$ 40.000 e o segundo por R\$ 45.000.

Assinale a opção que indica o valor total do ativo no balanço patrimonial consolidado.

- a) R\$ 240.000.
- b) R\$ 260.000.
- c) R\$ 325.000.
- d) R\$ 330.000.
- e) R\$ 340.000.

**70.** Sobre o CPC 35, que trata de *Demonstrações Separadas*, marque a assertiva incorreta:

- a) Demonstrações separadas são aquelas apresentadas adicionalmente às demonstrações consolidadas ou adicionalmente às demonstrações contábeis de investidor que não possui investimentos em controlada, mas possui investimentos em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto em que os investimentos em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto devem ser contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.
- b) As demonstrações contábeis em que a entidade não possui investimentos em controlada, em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são consideradas demonstrações separadas.
- c) As demonstrações separadas devem ser apresentadas de acordo com todos os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis.
- d) Dividendos de controladas, coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto devem ser reconhecidos nas demonstrações separadas da entidade, quando o direito ao seu recebimento pela entidade for estabelecido. O dividendo deve ser reconhecido no resultado do período, a menos que a entidade opte por usar o método da equivalência patrimonial, caso em que o dividendo deve ser reconhecido como redução do valor contábil do investimento.
- e) A elaboração de demonstrações separadas é uma opção da entidade. Não obstante, a entidade é requerida pela lei societária a apresentar demonstrações contábeis individuais.

## FINANÇAS PÚBLICAS

*Celso Natale*

**71.** A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. Sendo assim, podemos afirmar que a LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. Sobre tal instrumento, é correto afirmar:

- a) A LOA é quem estabelecerá critérios e forma de limitação de empenho quando a dívida pública ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre.
- b) A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a LOA conterá Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício anterior.
- c) Segundo a CF/88, a LOA será acompanhada por documento onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- d) Conforme dispõe a LRF, a LOA discriminará todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- e) A LRF diz que a LOA disporá sobre critérios para a execução equitativa do orçamento, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório.

**72.** A Lei de Responsabilidade Fiscal traz em seu bojo vários dispositivos que reforçam as figuras dos instrumentos de planejamento. Segundo a LRF, dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Lei que institui planos e programas nacionais e regionais.
- b) Plano Plurianual.
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Lei Orçamentária Anual.
- e) Lei de crimes fiscais.

**73.** De acordo com a LC nº 101/2000, entre os instrumentos de transparência, para os quais será dada ampla divulgação, estão, EXCETO:

- a) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- b) Leis de Diretrizes Orçamentárias
- c) Prestações de Contas e o Respectivo Parecer Prévio
- d) Relatório de Gestão Fiscal.
- e) Relatório das Origens e Aplicações de Recursos Orçamentários.

**74.** O Município Do Rio de Janeiro decide vender bem imóvel de sua titularidade para terceiros. Conforme a Lei nº 4.320/64, a receita proveniente dessa venda é classificada como

- a) receita de capital.
- b) receita corrente.
- c) transferência corrente.
- d) transferência de capital.
- e) receita patrimonial.

**75.** Para atender às necessidades da sociedade, o governo precisa prestar serviços e realizar obras - o que exige gastos. Receita pública é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação e saneamento. No tocante à receita pública, podemos afirmar que:

- a) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
- b) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- c) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
- d) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- e) o superávit primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

**76.** Os créditos adicionais são utilizados como mecanismo de retificação do orçamento. Nesse contexto, o art. 41 da Lei 4.320/64 classificou-os em três espécies, sendo utilizados em situações específicas, segundo a necessidade do agente e respeitando o previsto na legislação quanto a sua aplicabilidade, vigência, ao instrumento de autorização, aos recursos e forma de abertura. Sobre o tema em questão, a Lei nº 4.320/64 diz que:

- a) os créditos especiais serão autorizados e abertos por decreto executivo.
- b) são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- c) os créditos adicionais extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- d) os créditos adicionais especiais são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- e) os créditos adicionais suplementares são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

**77.** A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro decretou estado de calamidade pública em razão das fortes chuvas que atingiram a cidade. Nesse contexto, o Poder Executivo Municipal, para fazer frente às despesas decorrentes dessa situação, poderá abrir

- a) créditos ordinários, independentemente da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, desde que exponha as justificativas.
- b) créditos especiais, condicionados à existência de autorização legislativa.
- c) por meio de medida provisória, créditos extraordinários para atender as despesas decorrente da calamidade pública, devendo dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- d) por meio de lei, crédito especial, condicionado à existência de recursos disponíveis para fazer frente à despesa.
- e) créditos extraordinários, desde que existam recursos disponíveis para ocorrer a despesa e que exista prévia exposição de justificativa.

**78.** Durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) no Congresso Nacional, um deputado propõe emenda parlamentar adicionando, no projeto de lei, artigo tratando sobre aumento do piso salarial dos professores. A emenda é aprovada de forma que o artigo passa a fazer parte da LOA. A inserção desse artigo na LOA ofende o princípio orçamentário

- a) do orçamento bruto.
- b) da exclusividade.
- c) da totalidade.
- d) da universalidade.
- e) da unidade.

**79.** O Governador do Estado do Rio de Janeiro planeja construir um hospital, sendo que a execução iniciar-se-á em abril de 2023, com conclusão prevista para novembro de 2024. No entanto, a despesa não foi prevista no Plano Plurianual vigente. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que a construção do hospital possa acontecer, o Poder

- a) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.
- b) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
- c) Executivo deve encaminhar ao Poder Judiciário um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
- d) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de despesa de inversão financeira, cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
- e) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.



**80.** A coexistência de vários orçamentos autônomos, os quais podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas, diz respeito ao princípio da(o)

- a) regionalização.
- b) universalidade.
- c) totalidade.
- d) especificação.
- e) orçamento bruto.

**81.** A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro é órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo Municipal, o qual possui limites de despesa com pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando o valor hipotético de R\$ 200 milhões como limite máximo para as despesas com pessoal da CGM/RJ, é correto afirmar que o órgão deverá receber um alerta do Tribunal de Contas competente após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- a) R\$ 190 milhões.
- b) R\$ 97,2 milhões.
- c) R\$ 88,2 milhões.
- d) R\$ 180 milhões.
- e) R\$ 100 milhões.

**82.** Em um dado exercício, após a publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, a CGM/RJ descentralizou créditos orçamentários, o que foi seguido da descentralização de recursos financeiros, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A esses tipos de descentralização dão-se os nomes de:

- a) destaque e repasse.
- b) dotação e sub-repasse.
- c) cota e repasse.
- d) repasse e provisão.
- e) provisão e sub-repasse.

**83.** A classificação da despesa por esfera orçamentária tem como objetivo

- a) identificar o órgão responsável pelo gasto.
- b) identificar a área em que será realizada a despesa.
- c) identificar em qual ente federativo aquela despesa foi realizada.
- d) identificar em qual orçamento a despesa está inserida, se no orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento.
- e) identificar a ação orçamentária a ser adotada para atingir o objetivo do programa.

**84.** O Manual de Demonstrativos Fiscais estabelece regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (ARF), do Anexo de Metas Fiscais (AMF), do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela LRF. Com base no referido manual, marque a opção que traz um dos anexos do Relatório de Gestão Fiscal:

- a) Balanço Orçamentário.
- b) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- c) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
- d) Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias.
- e) Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas.

**85.** A Constituição Federal traz normas específicas relativas à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Sobre o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos do art. 74 do texto constitucional, assinale a alternativa que contém uma de suas finalidades:

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- b) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- d) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- e) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

## AUDITORIA GOVERNAMENTAL

*Tonyvan Carvalho*

**86.** Assinale a opção que indica o foco da auditoria operacional no setor público.

- a) Observar se um objeto particular está em conformidade com as normas identificadas como critérios.
- b) Avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- c) Avaliar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- d) Determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade e se há espaço para aperfeiçoamento.
- e) Obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir que o auditor expresse uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes, devido a fraude ou erro.

**87.** Assinale a opção que apresenta característica da auditoria de regularidade.

- a) flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria e métodos de trabalho
- b) ampla seleção de métodos de investigação de diferentes áreas do conhecimento, em especial das ciências sociais
- c) relatório com aspectos de economicidade e eficiência na aquisição e aplicação dos recursos
- d) conclusões expressas sob a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre os demonstrativos financeiros
- e) exame da materialidade com base em considerações sobre a natureza ou o contexto do objeto auditado.

**88.** Como parte das atividades de planejamento de um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis orientadas pela NBC TA 300 (R1), o auditor deve planejar a natureza, a época e a extensão do direcionamento e supervisão da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho. O planejamento desses elementos

- a) deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.
- b) é indiferente ao porte e à complexidade da entidade.
- c) independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado.
- d) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes.
- e) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho.

**89.** Nas auditorias, os papéis de trabalho são elaborados com diversos objetivos, entre eles auxiliar o auditor na execução dos procedimentos planejados. Os papéis de trabalho também são de natureza corrente ou permanente, a depender das características da informação que registram. Um exemplo de papel de trabalho corrente é:

- a) cartões de assinaturas de pessoas responsáveis pela aprovação de transações;
- b) cópias de atas de reuniões cujas decisões se estendem por mais de um exercício social;
- c) cópias de contratos de assistência técnica;
- d) legislações específicas aplicáveis à entidade auditada;
- e) questionário de controle interno.

**90.** Ao planejar a auditoria das demonstrações financeiras de uma empresa pública, o auditor, com base em seu conhecimento sobre a entidade e na natureza e extensão das distorções identificadas em auditorias anteriores, irá fixar a materialidade para execução dos testes. O auditor deve:

- a) fixar materialidade superior à das auditorias anteriores caso tenha expectativa de encontrar distorções maiores que as dos exercícios passados;
- b) revisar a materialidade caso ocorra mudança nas circunstâncias durante a execução da auditoria que justifique a alteração;
- c) fixar a materialidade em nível igual ou superior ao definido em leis ou regulamentos;
- d) abster-se de emitir opinião caso ocorra mudança nas circunstâncias durante a execução da auditoria que torne inadequada a materialidade fixada;
- e) buscar obter consenso com a alta administração da entidade a respeito da materialidade a ser fixada.

**91.** O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação

- a) de sua confiabilidade e de sua tempestividade.
- b) De sua relevância e de sua verificabilidade.
- c) De sua relevância e dos riscos de distorção.
- d) Da qualidade da evidência de auditoria e da tempestividade em obtê-las.
- e) Dos riscos de distorção e da qualidade da evidência de auditoria.

**92.** Parte integral do trabalho de auditoria é a execução dos chamados procedimentos analíticos, que, conforme a NBC TA 520, podem ser definidos como

- a) avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- b) a emissão do parecer de auditoria, após concluído todo o trabalho de campo.
- c) o expediente de confirmar se as funções críticas de controle interno estão sendo efetivamente executadas.
- d) expedientes e análises realizadas nas demonstrações contábeis consolidadas, sem desdobramento ao nível de elemento individual de informação, pois estes constituem objeto dos procedimentos sintéticos.
- e) expedientes e análises realizadas nos desdobramentos ao nível de elemento individual de informação, sem as agregações das demonstrações contábeis consolidadas, pois estas constituem objeto dos procedimentos sintéticos.

**93.** Ao determinar o tamanho da amostra para os testes de detalhes, o auditor pode levar em consideração alguns fatores que influenciam na escolha do tamanho da amostra. Nesse contexto, analise os fatores a seguir.

- I. Aumento na avaliação do risco de distorção relevante do auditor.
- II. Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação.
- III. Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população.
- IV. Quantidade de unidades de amostragem na população.

De acordo com a NBC TA 530, assinale a opção que indica os fatores que têm como efeito um aumento no tamanho da amostra.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

**94.** Numa auditoria de demonstrações contábeis, foi determinado que o risco de auditoria seria muito baixo. O auditor independente avaliou os riscos de distorção relevante para, em seguida, estabelecer o nível de risco de detecção aceitável. O auditor deve ter em mente que:

- a) controles internos eficazes contribuem para elevar o risco de controle;
- b) controles internos eficazes podem eliminar o risco de controle;
- c) quanto maiores forem os riscos de distorção relevante, menor será o risco de detecção;
- d) os riscos de distorção relevante no nível da afirmação têm dois componentes: o risco inerente e o risco de auditoria;
- e) procedimentos de auditoria bem desenhados e adequadamente aplicados contribuem para redução do risco inerente.

**95.** A não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião implica que o auditor:

- a) expresse uma opinião adversa, se concluir também que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis;
- b) expresse uma opinião com parágrafo de ênfase, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados;
- c) expresse uma opinião com ressalva, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados;
- d) expresse uma opinião não modificada, se concluir também que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;
- e) se abstenha de opinar, se concluir também que as distorções poderiam ser relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.

**96.** A CGM RJ recebeu notícias, oriundas de representantes da sociedade civil organizada, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas por determinado Município eram precárias e não estavam melhorando a qualidade de vida da coletividade. Na medida em que a narrativa não descrevia nenhum ilícito em particular, bem como que a arrecadação do referido Município era sabidamente baixa, a CGM RJ decidiu se inteirar da realidade desse ente federativo, de modo a definir o objeto da fiscalização a ser realizada.

À luz dessa narrativa, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é:

- a) o acompanhamento;
- b) a tomada de contas;
- c) o monitoramento;
- d) o levantamento;
- e) a inspeção.

**97.** Achado é a discrepância entre a situação existente e o critério. Qual dos atributos do achado a seguir é considerado o padrão de desempenho usado para medir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto de auditoria e serve para determinar se o objeto auditado atinge, excede ou está aquém do desempenho esperado?

- a) causa.
- b) efeito.
- c) critério.
- d) evidência.
- e) condição.

**98.** São características das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) Conceitos-chave: Economia, eficiência, eficácia, efetividade.
- b) Objetivo: Contribuir para a melhoria da gestão pública.
- c) Papel do auditor: Verificar se há discrepância entre a situação encontrada e a lei ou norma.
- d) Principais áreas de conhecimento do auditor: Ciências sociais, análise de políticas.
- e) Critérios Normas legais, boas práticas, valores profissionais, modelos, experiências

**99.** São elementos da auditoria operacional o auditor, a parte responsável, os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto de auditoria e a informação resultante da avaliação do objeto (ISSAI 100/24). Esses elementos apresentam aspectos peculiares nos diferentes tipos de auditoria. Qual desses elementos se referem às pessoas ou organizações para quem o auditor elabora o relatório de auditoria?

- a) o auditor
- b) a parte responsável
- c) os usuários previstos
- d) os critérios para avaliar o objeto de auditoria
- e) a informação resultante da avaliação do objeto

**100.** Elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a adotar e dos resultados que se pretende alcançar. Esse conceito está associado ao/à:

- a) Achado de auditoria
  - b) Questão de auditoria
  - c) Matriz de responsabilização
  - d) Matriz de achados
  - e) Matriz de responsabilização
-



## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---